



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA**  
**CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA AGRÍCOLA**  
**CÂMARA TEMÁTICA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS**

**MEMÓRIA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Data:** 26 de maio de 2026

**Horário:** 9h00

**Local:** Sala de reunião das Câmaras e online.

Pauta

- Abertura. Palavras do presidente  
Responsável: Roberto Levrero
- Atualização dos andamentos das Moções  
Responsável: Secretaria da CTIA
- Reforma Tributária. Atualização  
Responsável: Eduardo Lourenço, Maneira Advogados
- Avanços nos Decretos regulamentadores:  
PRONARA, Decreto No 12.538/2025. Pesticidas, Decreto da Lei No 14.785/2023. Bioinsumos, Lei No 15.070/2024. Autocontrole, Decreto No 12.126/2024.  
Responsável: a confirmar, SDA/MAPA
- Ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural e seus impactos nos insumos agropecuários  
Responsável: Luis Gustavo Pacheco, SDR/MAPA
- Grupos de Trabalho
- Programa Nacional de Rastreabilidade Voluntária - PNRV  
Responsável: Fabio Kagi (SINDIVEG)
- Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - PRONARA  
Responsável: Arthur Gomes (Croplife)
- Mercado de Carbono e Finanças Verdes  
Responsável: Eduardo Bastos, presidente da Câmara Temática de Agrocarbono Sustentável
- Lei do Agro 3, modernização do crédito.  
Responsável: Guilherme Rios, presidente da Câmara Temática de Modernização do Crédito
- O seguro agrícola em apoio ao crédito rural  
Responsável: Vitor Osaki, presidente da Câmara Temática de Gestão de Risco Agropecuário
- Tecnologias de Bioinsumos para mitigar impactos negativos frente ao cenário geopolítico atual  
Responsável: Sérgio Zanon (Syngenta)
- Assuntos Gerais. Encerramento

## MEMÓRIA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS (CTIA)

- Abertura

A 129ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA), realizada em 26 de maio de 2026, teve início com a abertura do presidente Roberto Levrero, que destacou a importância da retomada do protagonismo do Ministério da Agricultura nas pautas regulatórias do setor. Na ocasião, foi apresentado um breve relato da audiência realizada com o Ministro da Agricultura no dia 10 de maio, na qual foram tratadas diversas demandas prioritárias, incluindo temas como autocontrole, reforma tributária, legislação de defensivos agrícolas e regulamentações pendentes. A avaliação geral da reunião foi positiva, com a sinalização de maior abertura e disposição do Ministério em avançar nessas agendas.

- Atualizações das moções

Foram apresentadas as atualizações das moções da Câmara. Destacou-se a ausência de respostas formais a algumas demandas relevantes, como a regulamentação da Lei Complementar No 214 (reforma tributária) e o ofício encaminhado ao Ministério dos Transportes sobre o documento eletrônico de transporte, ainda sem retorno. Também foi mencionado que o processo relativo ao registro do ingrediente ativo imidacloprida segue em análise, sem conclusão da nota técnica. Em relação ao tema da rastreabilidade, a manifestação recebida da Secretaria de Desenvolvimento Rural foi considerada insuficiente, pois não esclareceu a competência institucional sobre a matéria. Quanto ao caso do glifosato no estado do Mato Grosso, foram registradas manifestações jurídicas recentes acompanhadas pela AGU. Como encaminhamento, definiu-se o compartilhamento dos documentos com os membros e a necessidade de aprofundamento das análises técnicas e jurídicas.

- Programa Nacional de Rastreabilidade Voluntária - PNRV

O tema da rastreabilidade foi amplamente debatido ao longo da reunião, sendo identificado como um ponto crítico para o setor. Houve consenso entre os participantes quanto à inadequação das portarias vigentes que tratam da rastreabilidade obrigatória de insumos, principalmente em razão dos elevados custos e da adoção de um modelo tecnológico considerado impraticável. Também foi destacada a falta de clareza da norma considerada voluntária, bem como a ausência de um sistema nacional unificado, o que pode levar à criação de múltiplos sistemas estaduais. Diante disso, foi deliberado o reforço da moção já existente solicitando a revogação das portarias, além da solicitação de acesso ao processo administrativo completo que originou tais normativas, como base para eventual ação técnica e jurídica mais estruturada.

- Mercado de Carbono e Finanças Verdes

Outro ponto de destaque foi a apresentação sobre o mercado de carbono e finanças verdes. Foi ressaltado que o Brasil já dispõe de uma lei aprovada em dezembro de 2024, estando o decreto regulamentador em fase de elaboração. Embora o produtor rural não esteja sujeito à obrigatoriedade de reporte ou compensação de emissões, foi enfatizado que existem importantes oportunidades de geração de créditos de carbono, especialmente por meio da adoção de boas práticas agrícolas. Nesse contexto, foi apresentado o programa Eco Invest, que dispõe de recursos expressivos para financiamento de projetos que comprovem redução de emissões, embora desafios importantes persistam, como o alto custo de estruturação dos projetos e a necessidade de escala e organização coletiva.

- Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos - PRONARA

No âmbito do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), foi apresentada a preocupação com a possível publicação de normativas classificando determinados produtos como altamente perigosos, sem a devida avaliação de risco. Tal abordagem foi considerada incompatível com a legislação vigente, especialmente com a Lei nº 14.785/2023. Diante disso, foi proposto o encaminhamento de moção solicitando a revisão ou arquivamento da portaria em discussão, além da realização de reunião com o Ministro da Agricultura para apresentação dos fundamentos técnicos e jurídicos da posição do setor.

Ainda nesse contexto regulatório, foi reiterada a preocupação com a não implementação plena da Lei nº 14.785/2023, que estabelece a avaliação baseada em risco para registro de defensivos agrícolas. Os participantes destacaram que, na prática, decisões continuam sendo tomadas com base em critérios de perigo, o que compromete a inovação, a entrada de novas tecnologias e a competitividade do setor. Como encaminhamento, foi sugerido o envio de moção reforçando a necessidade de implementação integral da legislação.

- Tecnologias de Bioinsumos para mitigar impactos negativos frente ao cenário geopolítico atual

A reunião também contou com apresentação sobre o Programa Nacional de Bioinsumos, que vem sendo estruturado com base na Lei nº 15.070/2024. Foram detalhadas as iniciativas em andamento, incluindo a consolidação do marco regulatório, o estímulo à inovação tecnológica, o desenvolvimento de projetos voltados a macro e microrganismos, além da articulação institucional entre diferentes áreas do Ministério. Destacou-se a importância do programa para redução da dependência de insumos sintéticos e o fortalecimento da bioeconomia.

- Lei do Agro 3, modernização do crédito

Na área de crédito rural, foi apresentada a proposta da Lei do Agro III, elaborada pela Câmara Temática de Modernização do Crédito. O projeto busca promover ajustes no ambiente de crédito, aumentar a segurança jurídica e reduzir custos operacionais. Entre os principais pontos destacam-se a simplificação de garantias, a possibilidade de alienação parcial de imóveis rurais, a limitação de custos cartorários, o combate à venda casada e a

ampliação do acesso a instrumentos financeiros. O texto está em fase de discussão e deverá ser fragmentado em diferentes projetos para facilitar sua tramitação no Congresso Nacional.

- O seguro agrícola em apoio ao crédito rural

Por fim, foi apresentada uma proposta inovadora no âmbito do seguro agrícola, denominada Programa Nacional de Seguro Agrícola. A iniciativa propõe a integração entre crédito, seguro e comercialização de insumos, com o seguro sendo ofertado de forma integrada à venda de insumos agrícolas, por adesão voluntária do produtor. O modelo prevê a redução do custo do seguro por meio de escala e compartilhamento de riscos entre seguradoras, indústria, distribuidores e produtores. A proposta foi bem recebida pelos participantes, sendo considerada um avanço relevante para ampliar a cobertura do seguro rural no país e reduzir a inadimplência no setor.

- Encerramento

Ao final, reforçou-se a necessidade de integração entre os diversos elos da cadeia produtiva, maior previsibilidade regulatória e fortalecimento das políticas públicas voltadas ao setor. As apresentações realizadas serão compartilhadas com os membros da Câmara, e ficou reiterado o compromisso de continuidade das discussões nas próximas reuniões.

#### Encaminhamentos

Encaminhamento	Ação	Órgão Demandado	Responsável	Prazo
Suspensão da tramitação da minuta de Portaria MMA/IBAMA/MS/ANVISA nº 1.651/2026.	Elaborar o ofício	GAB-GM		
Solicitar a adoção imediata e integral da Lei nº 14.785/2023, com a aplicação da avaliação de risco como fundamento decisório nos processos de avaliação e registro	Elaborar o ofício	GAB-GM		

As gravações das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras.

As apresentações feitas na reunião, que forem disponibilizadas pelos palestrantes, serão publicadas no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>